VII

PRODUÇÃO SOCIOJURÍDICA DE FAMÍLIAS “INCAPAZES” E “NEGLIGENTES”: CONTRADIÇÕES FACE AO ESTADO DE DESPROTEÇÃO SOCIAL*

Gracielle Feitosa de Loiola¹

Thais Peinado Berberian²

O presente capítulo problematiza questões relevantes do atendimento às famílias na esfera sociojurídica, refletindo criticamente sobre a construção de discursos que produzem “famílias incapazes” e “famílias negligentes”. Por meio da experiência profissional como assistentes sociais e como pesquisadoras, temos observado que esta prática de construção de rótulos a determinadas famílias (pobres) atendidas nas unidades que compõem o Sistema de Garantia de Direitos tem se mostrado recorrente, promovendo impactos substanciais às mesmas, já que ao estigmatiza-las como negligentes ou incapazes, encaminhamentos com este viés são oferecidos pelos serviços, configurando-se muitas vezes como uma intervenção punitiva ou com uma perspectiva de ajuste e correção ao seu modo de viver e organizar, desconsiderando as suas condições objetivas de vida e sobrevivência.

Apresentando elementos de análise advindos do cotidiano profissional do/a assistente social, as reflexões por ora apresentadas buscam descortinar não apenas os discursos, mas essencialmente as práticas que reiteram a moralização da pobreza e contribuem para a perpetuação de intervenções calcadas no senso comum e em juízos de valor negativo, que se transpõem para os documentos e registros produzidos sobre as famílias. Ou seja, para a presente discussão, compreendemos que para além de identificarmos este fenômeno aparente da produção de rotulações a determinadas famílias, especialmente àquelas que não correspondem a uma concepção idealizada de cuidado e proteção, faz-se necessá-

*DOI – 10.29388/978-65-86678-28-4-0-f.155-182

¹ Assistente Social. Exercício profissional nas áreas da assistência social e judiciária. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela PUCSP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes - NCA/PUCSP.

² Assistente Social, com exercício profissional nas áreas da saúde e judiciária. Mestre em Serviço Social pela PUCSP. Pesquisadora sobre negligência e desproteção social.

rio trazer à luz as práticas profissionais que se sustentam sob essa perspectiva, assim como as repercussões para os sujeitos envolvidos.

O compromisso ético-político é o farol desta discussão, iluminando tanto a problemática evidenciada, assim como norteando as reflexões que buscam apresentar alternativas de enfrentamento e resistência que vão ao encontro da garantia de direitos dos sujeitos especialmente ao reconhecer as situações de desproteção social vivenciadas pelos mesmos. Deste modo, ao assumirmos a perspectiva da teoria social crítica, compreendemos que ao realizarmos aproximações sucessivas à realidade, as contradições inerentes ao sistema socioeconômico vigente mostram-se cada vez mais evidentes, especialmente em um contexto global de retração das políticas sociais em decorrência do acirramento de um modelo neoliberal e neoconservador.

1. Proteção Social em tempos de Neoliberalismo: reflexões sobre os rebatimentos no Trabalho com Famílias

No Brasil, políticas voltadas para famílias não são recentes. A Constituição Brasileira de 1934 já estabelecia que a família estaria sob proteção especial do Estado (BRASIL, 1934). Teixeira (2010) destaca que historicamente as famílias pobres foram o foco privilegiado das políticas públicas voltadas para aquelas que eram tidas como pertencentes às “classes perigosas” e deveriam ser alvo de intervenção para que o controle e a segurança fossem mantidos. Na recuperação histórica realizada pela autora percebe-se a grande influência de concepções e práticas de cunho higienista que buscavam a normatização da vida familiar, implantadas já no início do século passado. Saraiva (2016, p. 24) defende que parece ter se inaugurado ali “políticas familiares que visavam estruturar um certo modelo familiar ‘regular’, ‘estável’ e ‘saudável’ bastante adequado à ordem social e às necessidades de um tempo. Ainda tratavam-se de políticas que reafirmavam papéis hegemônicos de seus membros”.

Embora, para Fonseca (2001 apud TEIXEIRA, 2010, p. 537), “é no período de 1930 a 1943, que a família é chamada a contribuir na construção da identidade da nação com o foco na reprodução humana e nas condições para gerar uma prole saudável”. Outros autores defendem que antes mesmo da década de 1930, já havia medidas voltadas para as famílias, implementadas por especialistas na direção da normatização da vida. Trata-se “do poder disciplinar das normas higiênicas, promovidas pela medicina legal, na sua relação com o Estado e a classe burguesa” (TEIXEIRA, 2010, p. 536).

A família passa então a ser considerada como um elemento fundador da sociedade e as crianças passaram, paulatinamente, a ser vistas como valiosos patrimônios da nação e, se bem cuidadas, tornar-se-iam bons adultos, adequados à ordem médica e às necessidades do Estado.

Como aponta Rago (1985, apud SARAIVA, 2016, p. 39),

Foi no início do século XX, com a ainda iniciante República e suas inquietações com o desenvolvimento e progresso do país, que a preocupação com as crianças se intensificou, passando a se espalhar entre os pobres, a partir da constituição da puericultura enquanto corpo teórico na formação de médicos e com o surgimento de instituições e proteção à infância desamparada, institutos profissionalizantes e escolas primárias estatais. Afinal, “matéria facilmente moldável, o Estado deveria preocupar-se em formar o caráter da criança, inculcando-lhe o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de bem e mal, de ordem e desordem, de civilização e barbárie” (p.121), desenraizando hábitos e inserindo-as nos princípios da moral burguesa. Para isso, o discurso médico afirmava a rua como ‘grande escola do mal’, devendo as crianças permanecer o maior tempo possível nas instituições e escolas recém-criadas ou mesmo na esfera do lar. Tempos, assim, de ações preventivas, não mais repressivas e punitivas. Para as crianças e para suas famílias. Tempos em que se intensificam as preocupações com o futuro da nação.

Observa-se, portanto, que as medidas apontadas como solução incidiam diretamente sobre os familiares ou responsáveis pelas crianças, que eram considerados incapazes de cuidar e oferecer uma educação para os filhos. O espaço da família era um espaço perigoso que poderia encaminhar essas crianças para o vício e colocaria em ameaça a civilização. Por mais que existisse um discurso em relação à proteção das crianças “abandonadas”, fica evidente que esse discurso era travestido pela defesa do país, contra o crime, a desordem, dentre outros.

Assim, percebe-se que ao longo da formação sócio-histórica-brasileira vai sendo forjada uma cultura de mando-obediência, de gratidão, onde “o ‘pobre’ não é reconhecido em sua necessidade como um sujeito de direito, mas como um outro que é objeto da caridade de alguns, em uma condição necessária para a salvação da sua alma” (RIZZINI, 2011, p. 13).

Mesmo após décadas, ainda se observa que muitos desses princípios conservadores e higienistas se presentificam na atualidade, em um processo de produção e (re)produção da incapacidade das famílias.

Em pesquisa realizada por Cardoso (2017) é possível identificar em relatório do Conselho Tutelar (constante nos autos de aplicação da medida de acolhimento institucional, datado de 23/04/2013) a presença de princípios moralistas e conservadores no atendimento à família:

Em visita à família, por volta das 09h50, encontramos as crianças sujas e com mau cheiro e cabelos despenteados, a casa também tinha o mesmo odor, o quarto da genitora estava muito desorganizado. Conversando com a genitora, nos relatou que estava limpando a casa, e orientamos em relação a higiene e organização da casa e das crianças. Perguntamos se todas as crianças estavam matriculadas, a mesma relatou que sim, porém quando fomos entregar os infantes na casa do avô materno no dia 15/04/2013, a tia materna informou que a filha mais velha dela não estava frequentando a escola e que está envolvida com um senhor de mais ou menos 35 anos e que a genitora aprova o relacionamento, ainda nos mostrou foto do suposto namorado da adolescente, que realmente aparentava ter a idade citada e também aparentava pose de malandragem. (CARDOSO, 2017, p. 170)

No entanto, a CF/1988 ao afiançar os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, trouxe fundamentais mudanças, pois acrescentou “na agenda dos entes públicos um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual” (SPOSATI, 2009, p. 13), introduzindo a seguridade “como um guarda-chuva que abriga três políticas de proteção social: a saúde, a previdência e a assistência social” (Idem). Além disso, em seu artigo 227, reconhece que é da família, da sociedade e do Estado a responsabilidade por assegurar direitos universais à criança e ao adolescente.

A partir da CF/1988 buscou-se instaurar uma nova cultura de oferta e respostas públicas do Estado face a situações de desproteções sociais dos trabalhadores. No entanto, esse movimento tem sido permeado por continuidades e rupturas, por avanços e retrocessos e, especialmente, por lutas e resistências diante de uma conjuntura de forte ataque aos direitos sociais duramente conquistados.

Apesar de reconhecermos e demarcarmos a faceta contraditória de pensar a construção de um sistema de proteção social no capitalismo, já que ele não será capaz de alterar, por si só, o padrão de desigualdade entre as classes, muitas das políticas sociais e de direitos são conquistas históricas a partir de muitas lutas e resistências. Portanto, ainda necessárias na construção de respos-

tas públicas a serem ofertadas pelo Estado, na garantia de “anteparos” aos trabalhadores, mesmo que por vezes contraditórias.

Boschetti (2016, p. 28) denomina o Estado social capitalista como um Estado que, no “capitalismo tardio”, referindo-se a expressão utilizada por Mandel (1982), “assume importante papel na regulação das relações econômicas e sociais, tendo por base a constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista assentado em políticas sociais destinadas a assegurar trabalho, educação, saúde, previdência, habitação, transporte e assistência social”.

As políticas sociais são conquistas civilizatórias que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, **mas instituíram sistemas de direitos e deveres que, combinados com a instituição de tributação mais progressiva e ampliação do fundo público, alteraram o padrão de desigualdade entre as classes sociais**, sobretudo a partir de sua expansão na segunda metade do século XX (BOSCHETTI, 2016, p. 25, grifo nossos).

Guerra (2016, p. 94) chama atenção para avanços do neoliberalismo que “[...] repõem práticas centradas nos sujeitos e em suas famílias, cuja aparente humanização da política acoberta o fato de serem intervenções disciplinadoras, em detrimento da organização e mobilização dos sujeitos”. A ideia, segundo a autora, “[...] é fortalecer os sujeitos enquanto indivíduos (supostamente empoderados e aptos a serem humanizados), e não sujeitos coletivos por meio de estratégias também coletivas” (Idem, p. 94).

Não obstante, também nos mostra Guerra que:

Os direitos sociais – como conquista da classe trabalhadora – tem nas políticas sociais os instrumentos pelos quais se materializam. Na medida em que os direitos sociais colocam limites ao livre desenvolvimento do capital, à voracidade do processo de acumulação do capital e se realizam através das políticas sociais, estas podem ser pensadas como instrumento de regulação social. Se, de um lado, as políticas sociais são formas de socialização dos custos de reprodução da força de trabalho (ocupada e excedente) com o fim de torná-la apta às demandas do capital, por outro, as políticas sociais satisfazem, efetivamente, as necessidades dos trabalhadores. Não obstante, as políticas sociais servem como instrumento que limita o mercado em nome de um direito social universal (também chamado justiça social). (GUERRA, 2013, p. 44).

Portanto, embora reconhecendo, como destaca Virgínia Fontes (2017)³, “[...] que os anteparos⁴ postos ao mercado, por mais consistentes que sejam quando colocados dentro de uma sociedade capitalista sempre podem ser ameaçados” (tem-se acompanhado isto com as reformas trabalhistas e previdenciárias recentemente aprovadas no Brasil). É importante considerar como nos diz Sposati (2011, p. 115): ainda que na sociedade de mercado ocorra a hegemonia dos interesses do capital, “nela ocorre, também, a contra hegemonia do trabalho e das forças sociais que lutam por novos ganhos na agenda do Estado, incluindo novas responsabilidades públicas em direção à consolidação de seus direitos”.

Contudo, cotidianamente, famílias são questionadas por profissionais acerca da capacidade protetiva em relação a seus filhos, sendo “tipificadas” como “incapazes” e “negligentes”, sem, no entanto, trazer para o debate a presença do Estado como provedor de um sistema de garantia de direitos.

Cardoso (2017) ao se debruçar sobre essa temática observou que as ofertas e atenções destinadas às famílias muitas vezes estão imbuídas de um viés assistencialista e normatizador da vida familiar que remonta aos tempos do Código de Menores que imaginávamos ultrapassados. Ainda há uma ideia de “tratamento da família”, analisada pela via de juízos de valores, típicos da sociedade burguesa, permeados por uma ética do trabalho, pela lógica do “empoderamento”, da “não aderência”, de “andar com as próprias pernas”.

Não podemos cair na armadilha de responsabilizar as famílias por situações que envolvem violações de direitos sem qualquer análise crítica, sem buscar as inúmeras mediações que compõem esse processo. Sobretudo no contexto de transformações sociais operadas pela burguesia que tende:

A individualizar, moralizar, psicologizar as contradições produzidas pelas relações sociais fundamentais da sociedade capitalista, responsabilizando indivíduos, famílias, grupos, comunidades, populações, pelas situações vivenciadas em seu cotidiano. Entendida como uma questão moral, a “questão social” estaria passível de controle, através da intervenção técnico-administrativa do Estado e de terapias sociocomportamentais (de

³ Pronunciamento realizado durante a Conferência: Estado e Seguridade Social no contexto da crise do capital, durante o 10º Seminário Anual de Serviço Social – Trabalho, Seguridade Social e regressão dos direitos sociais: para onde vai o Serviço Social? Ocorrido em 08 de maio de 2017, no Teatro TUCA em São Paulo/SP.

⁴ Ao falar de anteparos a autora refere-se às formas legalmente instituídas de proteção, que estão postas na relação com o mercado, tais como: proteção à velhice, à criança, em situações de adoecimentos, saúde e educação.

conteúdos psicologizantes), que visam ao ajustamento dos indivíduos à ordem estabelecida, possibilitando, assim, a harmonia e o desenvolvimento social equilibrado (SOUSA; OLIVEIRA, 2013, p. 122-123).

Fica evidente que, historicamente, o apoio do Estado às famílias, por exemplo, com filhos em situação de acolhimento institucional, foi preconizado o processo de institucionalização em detrimento do fortalecimento para o convívio com a família e a comunidade de origem. Baptista e Oliveira (2014, p. 94) destacam que “[...] a própria existência da roda dos expostos⁵ retrata a escolha histórica do Brasil de “deixar a família de fora”, não acolhê-la, compreendê-la, olhá-la, dar-lhe um suporte”; há, portanto, fortes lacunas históricas no que se refere ao trabalho social com as famílias.

2. Desigualdade Social por trás dos discursos de famílias “incapazes” e “negligentes”: da individualização ao reconhecimento do direito à proteção

Ao debruçarmos nosso olhar sobre a população que acessa os serviços do Sistema de Garantia de Direitos, de um modo geral, poderemos identificar indicadores que revelam algumas similaridades, como: o histórico de um acesso fragilizado ou mesmo de um não acesso a bens e serviços que garantam um padrão mínimo de subsistência, relações de trabalho precarizadas caracterizadas por vínculos informais e subempregos, insegurança de renda com impacto direto na condição habitacional, baixa escolaridade, entre outros aspectos que revelam a condição de vulnerabilidade social vivenciada rotineiramente.

Sobreviventes à condição estruturalmente desigual que marca a configuração socioeconômica brasileira, grande parcela da população encontra-se aliada de seus direitos mais fundamentais, sendo pressionada a encontrar alternativas de subsistência para si e seu grupo familiar. A família, conforme preconizado por diversas legislações contemporâneas e normatizações a elas relaciona-

⁵ A roda dos expostos tem sua origem na Idade Média e na Itália, sendo que no Brasil foi criada no período colonial, tendo sido definitivamente extinta na década de 1950. É um mecanismo que surge com uma função missionária e caritativa, “[...] um meio para garantir o anonimato do expositor e assim estimulá-lo a levar o bebê que não desejava para a roda, em lugar de abandoná-lo pelos caminhos [...]”. (MARCÍLIO, 2011, p. 54). O nome da roda provém do local onde era colocada a criança que se queria abandonar. Segundo Marcílio (2011, p. 57), “tratava-se de uma forma cilíndrica, dividida ao meio e fixada no muro ou na janela da instituição”. Para maiores informações ver Marcílio (2006; 2011).

das (entre elas o Sistema Único de Assistência Social, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária) é compreendida como “[...] espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que também precisa ser cuidada e protegida” (BRASIL, 2006).

Recorrentemente, à procura de proteção aos seus membros, ao deparar-se com dificuldades estruturais para ofertar aos mesmos condições objetivas de vida que garantam o mínimo para a sobrevivência, essas famílias buscam, no Sistema de Garantia de Direitos, atendimento com vistas a incrementar a suas potencialidades de proteção. Com isso, os equipamentos que ofertam atendimento, como CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Ministério Público e até mesmo o Poder Judiciário, se deparam, cotidianamente, com as múltiplas demandas apresentadas pelas famílias, em suas mais diversas complexidades.

Conforme apontado por Sarti,

[...] as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas (Neves, 1984, Fonseca, 1987 e Scott, 1990), o que implica alterações muito frequentes nas unidades domésticas. As dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, desencadeiam arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo, a fim de viabilizar a existência da família. (SARTI, 2003, p. 29).

Importante e necessário contextualizar que nesse movimento das famílias com o objetivo de proteger os seus membros, descortinam-se outras inúmeras dificuldades vivenciadas pelas mesmas, decorrentes desse Estado de desproteção social. Essas dificuldades, por vezes, são compreendidas por alguns atores vinculados a serviços que compõem o SGD como mera incapacidade das famílias em promover a proteção, gerando uma reação punitiva e de controle moral.

Ainda sobre as famílias que “circulam” pelo SGD, considerando a complexidade das demandas apresentadas e a dificuldade de resolutividade, em sua radicalidade, por um único serviço que compõe a rede, vale frisar algumas semelhanças dessas famílias, em relação à composição de seu perfil, que evidenciam as categorias não apenas de gênero, mas também de classe e raça.

Ou seja, sujeitos pobres, advindos da classe trabalhadora, em sua maioria mulheres, negras, frequentemente apresentam-se como as porta-vozes das famílias em busca de orientações. Podemos indicar que são majoritariamente essas mesmas mulheres as convocadas pelas unidades de atendimento para responder sobre situações identificadas como supostas violações de direitos vivenciadas em seus núcleos familiares.

Este retrato nos revela ainda à atualidade, a desproporcionalidade de responsabilidades assumidas entre os membros familiares em relação às demandas de cuidado e proteção dos filhos, indicando que apesar de algumas conquistas no campo das relações de gênero, promovidas essencialmente pelo movimento feminista, a figura feminina ainda ocupa a centralidade deste cenário. Tal lugar de foco e responsabilização por vezes solitária evidencia ainda uma estrutura patriarcal e machista que impera em nosso modelo de sociedade, com rebaixamentos significativos nas relações de sociabilidade e (im)possibilidades de pactos entre os membros de um grupo familiar com vistas a uma experiência horizontalizada dos papéis familiares e exercício da parentalidade.

Importante retrato desta realidade encontra-se evidenciado em pesquisa organizada por Fávero, Vitale e Baptista (2008), que, ao aproximar-se da realidade de famílias de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, confirmou a desigualdade de gênero no exercício do cuidado.

[...] A mulher emerge, ainda, como a principal responsável tanto pelo fracasso de ter um filho no abrigo como pelo seu desabrigo. A mulher se sente duplamente penalizada: pela entrada da criança no abrigo e pela impotência da retirada dessa criança. A figura masculina, no entanto, não faz parte de modo afirmativo dessa lógica. Pais, avós, tios não emergem nos genogramas estudados como presença significativa na educação, socialização e manutenção dos vínculos com as crianças. No contexto estudado, a paternidade como laço social parece se tornar secundária. (FÁVERO; VITALE; BAPTISTA, 2008. p. 171)

Sob esta estrutura, que tende a convocar exclusivamente as mulheres para responder sobre a capacidade ou incapacidade protetiva para com seus filhos, localizamos discursos dos mais diversos atores da rede, que se fundamentam em preconceitos e juízos de valor negativo, contribuindo para a perpetuação de preconceitos e de um senso comum fundamentado no espontaneísmo e no imediatismo, impedindo a promoção do pensamento crítico e reflexivo sobre a real condição de vida e sobrevivência dessas famílias que buscam, majori-

tariamente, por intermédio das políticas públicas, uma alternativa frente tamanha desproteção social.

Ao identificarmos um movimento que tende a classificar um conjunto de famílias, as quais apresentam por vezes características semelhantes, como incapazes ou negligentes, mostra-se relevante compreender qual a fundamentação, na perspectiva ética, que norteia essa prática. Uma ação, quando situada eticamente, presume a participação de um sujeito ético-moral capaz de responder por seus atos e discernir entre valores, consciente de sua responsabilidade em relação aos demais seres, assim como detentor de respeito pelos mesmos, a partir do princípio da alteridade. Supõe-se que o sujeito seja capaz de extrapolar sua singularidade e alcançar a sua dimensão genérica, na mesma qualidade em que se considera, dentro do gênero humano.

A moral que responde a determinadas necessidades postas pela humanidade para viabilizar seu estabelecimento e convivência, reproduz-se por meio dos hábitos e costumes, e passa a expressar um repertório de valores estabelecidos e elegidos por determinado núcleo de convivência como adequados para o seu modo de ser e reproduzir socialmente.

Esse repertório de valores traduz o *ethos* da sociedade, e os homens que a compõem passam a internalizar essas formas de ser, automatizando determinados comportamentos, em que tanto a espontaneidade como a repetição mecânica contribuem na validação dessa forma de reprodução. Vale mencionar que essa reprodução automática e espontânea, facilitada pela dinâmica da vida cotidiana, também revela o componente da aceitação subjetiva de tais prescrições, em que a reflexão crítica e a real possibilidade de escolha não se fazem presente.

Essa forma de apropriação dos valores e costumes pode influenciar uma conduta baseada em aproximação imediatista e acrítica, contribuindo para o surgimento de moralismo, quando o preconceito se estabelece como forma de alienação moral, e, segundo Heller (2000, p. 59), “[...] impede a autonomia do homem, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo”.

Sob esta perspectiva, em uma conduta alicerçada em preconceitos, muitas intervenções profissionais no atendimento às famílias são realizadas, contribuindo para uma estigmatização das mesmas e corroborando para a manutenção de um senso comum que tende a atrelar pobreza à incapacidade protetiva, reduzindo a análise estritamente ao campo individual, sem problematizar “[...] as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as fa-

mílias brasileiras, acentuando as suas fragilidades e contradições” (BRASIL, 2004, p.41).

Fávero (2007), ao discorrer especialmente sobre os desafios profissionais inscritos na esfera da Justiça da Infância e Juventude, problematiza tal questão ao refletir que:

Perceber na aparente realidade ou “verdade” dos fatos os tênues limites que por vezes separam o abandono e a *negligência* de uma criança (e, portanto, o desrespeito ao seu direito de crescer e se desenvolver com autonomia e segurança) da entrega ou da impossibilidade de cuidados por absoluta ausência de infraestrutura socioeconômica, é um desafio permanente para os profissionais que atuam na esfera da Justiça da Infância e Juventude. (FÁVERO, 2007, p. 189, grifo da autora)

Em pesquisa realizada com profissionais do Serviço Social que ofertam atendimento às famílias, em diferentes contextos sócio ocupacionais, Berberian (2013) identificou na fala de alguns assistentes sociais referências negativas às famílias, em especial à figura ocupada pelo cuidador(a) das crianças, como as seguintes expressões: suja, maltrapilha, destratado, ignorante, despreparado, ruim, incapaz, sem noção de nada, respondona.

Todas essas referências estavam relacionadas aos juízos de valor atribuídos por alguns de nossos sujeitos, assistentes sociais, às famílias atendidas, e revelam, na medida de sua utilização, um importante direcionamento profissional calcado em desvalor. Para além de uma atribuição valorativa negativa, há um moralismo, já que tais atribuições são movidas por preconceito, aqui compreendido como uma forma de alienação moral. (BERBERIAN, 2013, p. 123).

Diante destes apontamentos, revela-se evidente que quando a perspectiva de compreensão da realidade das famílias atendidas não se encontra pautada pelo reconhecimento de sua inserção em um Estado de desproteção social, ganha espaço a perspectiva de análise de cunho moral, culpabilizadora e focalizada no “caso individual”, reduzindo um problema estrutural a uma vivência particular.

Consequentemente, aliada a essa forma equivocada de análise, que tende a desconsiderar as múltiplas manifestações da questão social que incidem no modo de vida e reprodução da classe trabalhadora, aqui simbolizada por suas

variadas expressões sobre famílias, as intervenções assumidas nesta perspectiva tendem a contribuir para um estado de alienação e manutenção de um antigo e importante estigma social, em que as famílias pobres são tidas como naturalmente mais “despreparadas”, moralmente, para o exercício do cuidado e proteção aos seus membros.

Importante marcar que ao realizarmos estes apontamentos, não estamos aqui desconsiderando importantes pesquisas que conseguiram sistematizar os múltiplos indicadores que reforçam uma percepção de que famílias pobres, inseridas em um contexto de ausência de renda, desemprego e poucos recursos socioassistenciais tendem a tornar-se mais vulneráveis às experiências de violência, em suas múltiplas expressões.

O nosso objetivo, neste momento, é evidenciar e trazer à tona para o debate os prejuízos resultantes de intervenções profissionais que, ao desconsiderar as condições objetivas de vida e sobrevivência das famílias, assim como não problematizar a ausência do Estado em sua função de proteção, atribui exclusivamente à família o seu “sucesso” ou “fracasso” relacionado à proteção de sua prole.

Ainda problematizando sobre esta questão, outra prática que ainda tem se mostrado comum, a partir de nossa percepção do cotidiano profissional, é um tipo de intervenção que insiste em fundamentar-se por estes conceitos de “sucesso” e “fracasso” das famílias. Comumente, temos observado que famílias têm sido consideradas “fracassadas” por não atingirem a um patamar de expectativa construído por alguns equipamentos da rede que ofertam atendimento a mesma.

Ao idealizar um modelo de família, ainda que de modo inconsciente, temos observado que práticas profissionais se revelam bastante contraditórias, visto que ao mesmo tempo em que há a reprodução de um discurso em defesa dos direitos sociais, há também práticas que violam estes mesmos direitos. É neste cenário que encontramos, não raras vezes, as chamadas “famílias incapazes” e as famílias “negligentes”, estando estas transitando pelos equipamentos da rede, recebendo visitas domiciliares, sendo caracterizadas em estudos e pareceres sociais e psicológicos, e por fim, presentes em audiências, no entanto, sem voz.

A coexistência de discursos e práticas divergentes revelam, de modo explícito, a dialética implícita no fazer profissional e a disputa, ainda que velada, de projetos profissionais e societários. Importante também reforçar que esta disputa de projetos não se dá unicamente no campo restrito do Serviço Social, e sim entre todos aqueles que estão, de algum modo, implicados nesse complexo

sistema, e, notadamente, ocupando espaços hierarquicamente distintos de poder.

Ao realizarmos esta afirmativa, avaliamos importante ressaltar que não estamos compactuando com um pensamento que tende a valorizar alguns espaços sócio ocupacionais em detrimento de outros por compreendê-los em níveis mais ou menos próximos das etapas decisórias em relação às famílias atendidas.

Partimos do pressuposto de que todos os espaços, em suas diferentes configurações e especificidades, compartilham de um mesmo patamar de responsabilidade e comprometimento em relação ao atendimento ofertado às famílias. Deste modo, considerando este mesmo patamar, as considerações técnicas proferidas assumem proporções equivalentes, que tanto podem contribuir para uma perspectiva de garantia dos direitos dos sujeitos, como ir de encontro a esta.

Obviamente, dada à especificidade já considerada anteriormente, alguns espaços sócio ocupacionais tendem a ser mais requisitados, em determinadas circunstâncias, a manifestarem-se sobre essas mesmas famílias (as quais invariavelmente apresentam algum vínculo com grande parte dos serviços), transmitindo uma impressão de privilégio ou responsabilização exclusiva por um determinado equipamento.

De todo modo, o que se mostra evidente é que a desconstrução de rótulos ofertados às famílias, como de “incapazes e negligentes”, revela-se tarefa árdua para qualquer profissional que não compartilhe com os mesmos. O que se mostra persistente é uma tendência de uma vez rotulada, este mesmo rótulo cristalizar-se e acompanhar a história desta família pelos espaços por ela ocupados, restringindo, ou minimamente dificultando, a sua capacidade de superação e desconstrução desse estigma.

Daí a preocupação, eixo central deste artigo, em problematizar o uso destes conceitos, a fim de evitar práticas preconceituosas e reiteradoras de violências institucionais com as famílias atendidas.

Vale apontar, como frequentemente encontrado em estudos com este mesmo escopo, que não estamos aqui realizando uma defesa intransigente e cega das famílias, como se esta representasse, em sua universalidade, o melhor e exclusivo lugar de proteção e socialização.

Conforme já problematizado por Pantuffi e Garcia (2018) ao estudar a destituição do poder familiar e a produção da família incapaz por meio das práticas institucionais, as autoras afirmam que,

[...] esclarecemos que não estamos, com esta frase, negando a existência de atos potencialmente danosos perpetrados pelas famílias diante de suas crianças e seus adolescentes, tampouco minimizando a sua responsabilidade por eles. Quem atende cotidianamente casos que culminam com ações de destituição sabe da gravidade das ações e omissões de que determinadas famílias são capazes. (PANTUFFI; GARCIA, 2018, p. 37).

Há famílias desprotetivas? Há de haver. Mas há famílias que também precisam ser cuidadas e protegidas, independentemente de poderem ou não ficar com seus filhos.

3. O “saber-poder” profissional: requisições institucionais e a dimensão ético-política do trabalho

A elaboração de estudo/perícia social e seus respectivos registros – relatórios, laudos e pareceres – é a atribuição privativa do/a assistente social que mais demarca a profissão no Judiciário. Contudo, tais requisições não são atribuições específicas de profissionais que atuam nessa área, também são demandadas para diferentes atores e organizações que compõem outros espaços do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, tais como, trabalhadores/as do CRAS, CREAS, Serviços de Acolhimento, Unidades de Saúde e Educação.

O estudo social é o processo de conhecimento da realidade, a construção de um saber sobre a população atendida; conhecer a realidade vivida requer uma atitude investigativa, que não implica em algo policaresco ou fiscalizatório, ao contrário, torna-se fundamental, “[...] desenvolver mecanismos que possibilitem desvendar a realidade social, apreendendo-a em suas múltiplas determinações, relações e nexos como uma totalidade, em sua processualidade, em seu movimento, em suas contradições” (MARCONSIN, 2016, p. 101).

Assim, é partindo do reconhecimento que os documentos não são meros “apanhados de informações úteis”, como afirma Marconsin (2016, p. 99), e devem ser produzidos norteados por uma perspectiva ético-política, considerando que a individualização e moralização das expressões da questão social produzem práticas punitivas, moralizantes, de “fiscalização da pobreza”, e de culpabilização individual pelas desigualdades sociais, que as questões aqui postas se desenvolvem.

Iamamoto (2008) menciona que a presença do Serviço Social na área⁶ sociojurídica acompanha o processo de institucionalização da profissão no Brasil. Nos finais da década de 1930 já se constata a atuação do/a assistente social junto ao “juízo de menores” e serviços especializados do poder executivo, tanto no Estado de São Paulo quanto no Rio de Janeiro. No início da década de 1940 já havia a presença de assistentes sociais no Tribunal de Justiça de São Paulo, embora date de 1949 a instalação oficial do Serviço Social junto à justiça da infância e juventude paulista.

Trabalhando, na maioria das vezes, com demandas sociais que permeiam o cotidiano das Varas da Infância e Juventude e Varas da Família e das Sucessões e, mais recentemente, também das Varas Criminais⁷, o/a assistente social intermedia ações judiciais que envolvem crianças e adolescentes que necessitam de medidas protetivas, jovens autores de atos infracionais, famílias em situação de conflito etc. Nessa intervenção, principalmente, oferece subsídios sociais à autoridade judiciária, mediante relatórios, laudos e pareceres.

No espaço do Tribunal de Justiça a barbárie chega fragmentada como demanda individual, com o risco do caso a caso se sobrepor aos interesses coletivos. E algumas requisições conservadoras afetam o cotidiano de trabalho do/a assistente social, tais como: leis que buscam agilizar processos de adoção em detrimento da convivência familiar e comunitária; laudos usados como prova pericial; lei da mediação de conflitos – desenvolver soluções consensuais para as controvérsias; foco na produtividade e despolitização dos sujeitos.

Nesse sentido,

São questionadas as repercussões da centralidade desta instância estatal, carregada, muitas vezes, de autocracia e moralismo na gestão de conflitos e nas mediações com a realidade concreta, analisando o quanto suas respostas individuais e focalizadas, a demandas que são coletivas e estruturais, reverberam em um imaginário coletivo de concepção de Sistema de Justiça quanto à ideia de acesso à justiça em seu sentido mais amplo (AGUINSKY; ALENCASTRO, 2006, p. 20).

⁶ É válido destacar que há um debate em torno da tentativa de definir se é “área” ou “campo” sociojurídico. Contudo, tal discussão não será objeto de análise nesse ensaio. Para aprofundar a discussão ver: Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico – subsídios para a reflexão. (CFESS, 2014)

⁷ Sobretudo após a aprovação e vigência da Lei nº13.431, de 04 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, formalizando, legalmente, o depoimento especial e a escuta especializada.

Há, portanto, um conjunto de ritos judiciais que estão implicados no trabalho profissional. Os autos processuais, por exemplo, que são montados por uma série de documentos, ao descrever os casos, podem ocultar as pessoas. Como diz Bernardi (2011, p. 23), “[...] mecanismos e estratégias de discurso, construção de figuras e personagens que podem ser, assim, muito diferentes das pessoas concretas que, por serem ditas, podem não dizer”.

O que está dado como desafio e possibilidade aos assistentes sociais que atuam nessa esfera em que o jurídico é a mediação principal — ou seja, nesse lócus onde os conflitos se resolvem pela impositividade do Estado — **é trazer aos autos de um processo ou a uma decisão judicial os resultados de uma rica aproximação à totalidade dos fatos que formam a tessitura contraditória das relações sociais nessa sociedade**, em que predominam os interesses privados e de acumulação, buscando, a cada momento, revelar o real, que é expressão do movimento instaurado pelas negatividades intrínsecas e por processos contraditórios, mas que aparece como “coleção de fenômenos” nos quais estão presentes as formas mistificadoras e fetichizantes que operam também no universo jurídico no sentido de obscurecer o que tensiona, de fato, a sociedade de classes (BORGIANNI, 2013, p. 413, grifo nossos).

No entanto, a expressão das múltiplas determinações que incidem sobre a realidade analisada nem sempre está presente no registro profissional. Fávero (2014, p. 04) menciona que “[...] no âmbito do judiciário são mais comuns a constatação dos acontecimentos e a efetivação de ações que garantam alguma proteção à criança, enquanto ‘prioridade absoluta’, em detrimento da atenção à família”.

Dessa forma, embora o ECA, por exemplo, estabeleça que a pobreza não constitui motivo suficiente para a perda do poder familiar e que, quando necessário, a família será incluída em “programas oficiais de auxílio”, percebe-se que diante de uma conjuntura de retração das políticas sociais, com uma proteção social centralizada em programas de transferência de renda, muitas vezes o judiciário representa a ‘última etapa’ de um caminho percorrido pela família no interior de um processo de desproteção social. Sem acesso à proteção social via políticas sociais e, menos ainda via mercado, muitas crianças e adolescentes têm sido afastados do convívio com suas famílias.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, declara a criança como sujeito de direitos, devendo ser assegurado que se desenvolva, preferencialmente no convívio com sua família de origem, em detrimento da instituciona-

lização. O artigo 19, aponta: “[...] toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e excepcionalmente em família substituída”. O ECA dispõe ainda que, “[...] a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (art. 23), garantindo também que, “[...] a perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório” (art. 24).

Contudo, na atualidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem sido alvo de frequentes propostas de alterações, a mais recente engloba, dentre outras, a agilização da adoção e aceleração da destituição do poder familiar⁸ com estabelecimento de prazos cada vez mais céleres, sob a escusa do melhor interesse da criança e da garantia de sua proteção integral.

Refletindo sobre algumas situações vivenciadas no cotidiano de trabalho, sobretudo as que se refere à situação de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a garantia de proteção social a suas famílias com vistas ao retorno ao convívio familiar, observa-se que prevalece uma visão moralista de apenas imputar à família todas as responsabilidades por sua situação vivida, de colocar exclusivamente no seu interesse, na sua insistência, no seu movimento para provar ao outro (ao profissional que a avalia, ao Juiz, ao Promotor, ao Conselho Tutelar, dentre outros) que tem condições de cuidar e de ter o seu filho de volta. Caso a família (e aqui ganha centralidade a mulher demarcando uma questão de gênero), ligue, procure, é porque está interessada e, se “desaparece”, é porque não deseja ter o filho de volta, em uma avaliação permeada por juízo de valor, do que de compreensão da realidade vivida pela família.

Dessa forma, verifica-se que, mesmo em tempos de proteção integral, ainda há resquícios do viés “menorista” na atenção às crianças, adolescentes e suas famílias. Sob esse aspecto, Rizzini (2004) enfatiza que, historicamente, famílias têm sofrido com a retirada de suas crianças em razão da situação de pobreza, com a justificativa de que elas estariam protegidas e em melhores condições longe de suas famílias. Porém, uma questão tão complexa como essa, muitas vezes, tem sido resumida como uma suposta incapacidade da família para cuidar de seus filhos, culpabilizando-a e cobrando dos pais que eduquem seus filhos, sem, no entanto, lhes assegurar o acesso aos direitos sociais que garantam uma vida digna.

⁸ O poder familiar implica no exercício em condições de igualdade pelo pai e pela mãe. A Constituição Federal de 1988 expressa no artigo 229 que, “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores”, devendo o Estado agir, por meio da instituição judiciária, quando aqueles deixarem de exercer esse dever ou dele abusarem.

Observa-se que sob o discurso do melhor interesse da criança cria-se uma falsa dualidade, uma disputa entre os direitos das crianças e dos adolescentes e os direitos de suas famílias, como se fossem antagônicos por si só. Um falso dilema que se adequa perfeitamente em uma sociabilidade capitalista, permeada por interesses e valores da classe dominante, num contexto em que a “família que deseja adotar” aparece como a “família ideal” e capaz de cuidar e “salvar” o destino e a vida de crianças e adolescentes institucionalizados.

Em pesquisa realizada por Cardoso (2017) quando da análise de um processo de destituição do poder familiar iniciado no ano de 2008 e ainda sob a égide dos pedidos de providência⁹ observa-se as seguintes informações na manifestação do Ministério Público:

No relato dos fatos e com base nos relatórios do CREAS, Conselho Tutelar e Setor Técnico do Juízo que ressaltam que a requerida (genitora) passou anos institucionalizada, é portadora de HIV, se utilizava dos filhos na prática de furtos e foi presa em junho de 2008 – cujo problemático núcleo familiar já vinha sendo acompanhado há anos nos autos de pedido de providência [...] os infantes estavam em condições precárias de higiene, sem acompanhamento médico, em ambiente nada salutar, com histórico crônico de negligência, convivendo com uma prima usuária de drogas, cuja filha também foi abrigada e, diante de evidente situação de risco, os menores foram abrigados em dezembro de 2008. Certo que a ré, mesmo após ser libertada em 28 de janeiro de 2009, jamais visitou os filhos. **Acertadamente o setor técnico concluiu pela impossibilidade de reintegração do poder familiar**, absoluto descaso dos genitores e falta de condições mínimas dos familiares. Nessa esteira, o caso demanda a solução excepcional e única de colocação em família substituta. **Os requeridos demonstraram descaso intencional para com a criação dos filhos**, não somente quanto ao aspecto material, mas principalmente

⁹ A partir da vigência da Lei nº12.010/09 não se admite mais no âmbito do judiciário paulista os “procedimentos verificatórios” (sindicâncias ou pedidos de providência) para apuração de fatos apresentados pelo Conselho Tutelar, cabendo a este fazê-lo de forma articulada com a rede de atendimento. Mesmo com a promulgação do ECA, em 1990, ainda persistiam resquícios menoristas na área da infância e juventude, sendo comum a institucionalização de crianças e o afastamento da família por avaliações decorrentes de pobreza, sem previsão de procedimentos pautados pelo contraditório, com uma perspectiva intervencionista nas famílias, sem garantir-lhes o direito de defesa (Parecer CIJ de São Paulo, nº04/2010, de 18 de agosto de 2010)

no que se refere à assistência psicológica e emocional – em clara afronta a dever inerente ao poder familiar. (Manifestação da Promotoria de Justiça, 2010, grifos nosso apud Cardoso, 2017, p. 90).

Na manifestação acima fica evidente o quanto os registros produzidos sobre as famílias subsidiam a tomada de decisão nos autos, que podem ir em uma perspectiva de ampliação de direitos ou, em sua maioria, em responsabilizações individuais das famílias, sem o reconhecimento das múltiplas determinações e desproteções que incidem sobre as situações analisadas. Assim, para ir além de discursos de culpabilização e responsabilização das famílias, torna-se importante avançar na compreensão de que “as vulnerabilidades” não são somente individuais e pessoais, são pobreza e vulnerabilidades engendradas por um processo “desigual e combinado” da sociedade brasileira (IANNI, 2004).

Gois e Oliveira (2019, p. 14) chamam atenção em relação a intervenção da esfera pública na família que, “[...] deve levar em conta a correlação entre a necessidade de aprofundamento do conhecimento da realidade social vivenciada por essas famílias e seu direito à privacidade, em articulação com a proteção de direitos e não com a perspectiva punitiva”.

Destaca-se que muitas das situações de destituição do poder familiar, ou mesmo, o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias são subsidiados por documentos produzidos por profissionais, dentre eles Assistentes Sociais, que atuam em diferentes serviços que compõem a rede de suposta proteção. Que, por vezes, produzem documentos com maior centralidade na constatação e na verificação das incapacidades das famílias, do que na garantia de alguma proteção, com uma direção individualista, individualizante e de controle.

Em seus estudos Fávero tem procurado demarcar o “saber-poder” desses documentos, que podem seguir em uma perspectiva de ampliação ou de violação de direitos.

O poder saber profissional pode ter direcionamentos distintos, a depender da visão de mundo do profissional e de seu (des) compromisso ético, pode ser direcionado tanto para a garantia de direitos dos sujeitos envolvidos na ação – na medida em que intervém no sentido do desvendamento e da denúncia dos mecanismos objetivos e subjetivos que contribuem, como no presente estudo, para que a pessoa se veja sem condições de criar seus filhos – como pode contribuir para o controle social e o disciplinamento, de cunho moralizante, culpabilizando as pessoas, individualmente, pelas condições socioeconômicas precárias em que vivem. A culpabilização pode traduzir-se, em alguns casos, em interpretações

como negligência, abandono, violação de direitos, deixando submerso o conhecimento das determinações estruturais ou conjunturais, de cunho político e econômico, que condicionam a vivência na pobreza por parte de alguns sujeitos envolvidos com estes supostos atos (FÁVERO, 2007, p. 161).

Assim, como destaca Fávero (2007, p. 161), “[...] o saber-poder pode então ser utilizado como resistência à opressão ou como controle do que se classifica, na visão positivista, como disfunção emocional ou social, desvinculando a situação apresentada da questão social mais ampla”.

No entanto, é importante compreender o assistente social enquanto sujeito desse processo de trabalho, desnaturalizando aquilo que o capitalismo tende a estabelecer como natural.

Em face desse contexto, como fica o trabalho do/a Assistente Social em tempos de requisições tão conservadoras? Em um cenário de desmonte das políticas públicas? Em um cotidiano que repõe as protoformas da caridade e da não profissionalização? Que tende a individualizar, por vezes, psicologizar, e não reconhecer as múltiplas determinações que incidem sobre a realidade vivida pelas famílias?

É fato que o assistente social no poder judiciário não opera imediatamente a elaboração e/ou implementação de políticas sociais, dada à natureza mesma desse poder, ainda que o profissional disponha de uma dimensão prático-interventiva junto aos sujeitos de direitos com os quais trabalha (IAMA-MOTO, 2008). Não obstante, como sair deste lugar de apenas constatação das situações e necessidades apresentadas pelas famílias? Como garantir que os relatórios, laudos e pareceres sociais expressem e desvendem a história e a realidade das famílias demarcando as determinações mais amplas nas quais estão inseridas?

Nessa realidade, ações de resistência são necessárias e urgentes. Práticas de resistências em face de um contexto repressor, punitivo e de controle que sob discursos de proteção, tem afastado, por vezes de forma violenta, crianças e adolescentes do convívio com suas famílias de origem.

A partir das expressões cotidianas mais singulares e aparentemente desprovidas de mediações sociais concretas é que os assistentes sociais que atuam nessa área têm que operar e **trabalhar para reverter a tendência reprodutora da dominação, da culpabilização dos indivíduos e da**

vigilância de seus comportamentos (BORGIANNI, 2013, p. 413, grifo nossos).

É, portanto, em um terreno de disputas e conflitos em que trabalham os/as assistentes sociais no Tribunal de Justiça, exercendo suas atribuições tendo em vista oferecer subsídios para a decisão judicial por meio do estudo social. As opiniões, tecnicamente fundamentadas, transformam-se em pareceres que podem corroborar as decisões judiciais nos casos, contribuindo para a construção e sustentação de concepções sociais a respeito da população e de suas demandas, para a proteção ou para a violação de direitos dependendo, não só, mas também, da intencionalidade e do direcionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo do profissional.

4. Lucidez e engajamento ético-político como formas de resistência em tempos sombrios

Em um cenário bastante adverso de retração e violação dos direitos sociais, o que estamos buscando reforçar é a necessidade de compreensão radical dos múltiplos fatores que incidem na vida das famílias atendidas pelos diversos serviços das políticas públicas, a fim de nos aproximarmos de suas realidades, por vezes tão distintas das vividas especialmente pelos operadores do Direito, evidenciando a forte correlação entre as situações de vulnerabilidade e risco com a ausência do Estado em sua função de assegurar proteção social.

Ao assumirmos esta perspectiva, o conceito negligência, compreendido aqui como a prática da falta de cuidados, dada de modo intencional e reiterada, parece não mais fazer sentido para muitas situações caracterizadas como tal, na medida em que a suposta “omissão” não se dá por desejo da família, e sim por privação de melhores condições para prover o cuidado da mesma.

Desta forma, parece-nos coerente a substituição do uso do conceito negligência, quando compreendido o seu equívoco, pelo conceito de desproteção social, o qual consegue abarcar a complexidade inerente posta pela relação Estado x família e as competências exigidas, muitas vezes de modo desigual, às famílias diante da retração estatal.

A vida cotidiana com suas exigências de produtividade, imediatividade, fragmentação, pode levar “a não enxergar o ser humano na sua complexidade”, e também “pode se prestar à alienação”, como aponta Barroco (2010, p. 72),

Em função de sua repetição acrítica dos valores, de sua assimilação dos preceitos e modos de comportamento, de seu pensamento, repetitivo e ultrageneralizador, a vida cotidiana se presta à alienação. A alienação moral também se expressa através do moralismo, modo de ser movido por preconceitos. Devido ao seu peculiar pragmatismo e sua ultrageneralização, o pensamento cotidiano é facilmente tentado a se fundamentar em juízos provisórios, ou seja, em juízos pautados em estereótipos, na opinião, na unidade imediata entre o pensamento e a ação.

Nos registros realizados temos destacado os determinantes macroestruturais? As expressões da questão social presentes nas situações avaliadas? Ou temos ficado restritos ao aparente, ao que se revela de imediato? Uma imediatividade reificante, segundo Netto (2012, p. 420), cuja “[...] realidade, na complexidade ontológica do seus vários níveis, é apreendida no efêmero, no molecular, no descontínuo, no fragmentário [...]”. Que tende a nos afastar da essência dos fenômenos e da compreensão das formas de exploração mais gerais.

Pois, como destaca Eurico (2018, p. 142), “[...] a ética não se realiza nas práticas automatizadas dos/das profissionais, momentos em que os juízos de valor ganham robustez e emergem como respostas do cotidiano, analisados apenas de uma perspectiva singular”.

Há, portanto, o desafio de avançar na produção de estudos, relatórios, laudos e pareceres sociais que superem o conhecimento do imediato e a característica predominantemente descritiva dos registros em direção à perspectiva analítica.

Contudo, aqui se reconhece o cotidiano como um espaço de contradição, em que ao mesmo tempo, uma mesma ação pode se servir ao capital e ao trabalho. Como nos coloca Iamamoto & Carvalho,

Como as classes sociais só existem em relação, pela mútua mediação entre elas, a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz, também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como as do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo, pela mediação de seu posto. Participa tanto dos mecanismo de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, de respostas a necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e de reprodução dos antagonismos desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel da história. A partir dessa com-

pressão é que se pode estabelecer uma estratégia profissional e política para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-los do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isso inclusive que viabiliza a possibilidade do profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 75).

O reconhecimento da dimensão contraditória do cotidiano profissional expressa um divisor de águas em relação a análises que se fixam em posições unilaterais ou voluntaristas, e imprime a possibilidade de rupturas com visões messiânicas, fatalistas ou possibilistas.

É fato que no cotidiano profissional há “armadilhas” e potencialidades. As armadilhas podem levar a uma visão de descontextualização das determinações mais amplas que envolvem uma situação. Há o risco de sucumbir ao viés individual diante de uma enorme demanda de trabalho, e da precarização e intensificação desse trabalho, que concorre para a desqualificação profissional, perdendo-se a dinâmica coletiva e a coletivização das demandas individuais.

Não podemos fugir das requisições, mas podemos ampliá-las, não só respondê-las de forma automática e mecânica. É importante, pois, pensar outras lentes para que o/a profissional possa recompor a totalidade da questão social, sem cair no engodo da segmentação. Temos o desafio de superar o legado histórico da abordagem individual, e não deixar que o saber profissional seja subsumido ao saber institucional. Daí, a importância da teoria crítica, e de não perder de vista a dimensão de totalidade, negação e historicidade.

Pois, como nos diz Guerra:

Independente de qualquer manifestação retórica, ao não superar a intervenção tópica, focalista, pontual e emergencial, apelando para o “sentimento do direito” em detrimento de fornecer instrumentos necessários à aquisição da consciência do direito, o que só será possível se este tiver efetividade real e concreta na vida dos sujeitos, toda intervenção profissional permanecerá, tenhamos consciência ou não, na perspectiva de controle, posto que o discurso acaba sendo o limite, e, como tal, limitador da efetividade do direito (GUERRA, 2013, p. 51).

É preciso registrar nos documentos produzidos sobre as famílias a realidade social, preservando, como nos diz Martinelli (2015), “[...] a centralidade dos sujeitos e a ética na circulação da informação”. Ou seja, com sustentações argumentativas que façam a diferença qualitativa no caminho processual dessas

famílias, e não apenas no sentido de produzir e reproduzir famílias “incapazes” e “negligentes”.

Portanto, um dos desafios postos está em como avançar para além da constatação de realidades de desproteção das famílias, e caminhar para a construção de práticas de resistência. É preciso avançar para que as pessoas, para além do âmbito do Judiciário, sejam mais do que informantes dos autos, sejam sujeitos participantes e não permaneçam ocultos nos processos e registros a eles referidos.

Em tempos de negação de direitos, mostra-se imperativo assumir a questão social, em suas múltiplas manifestações, como eixo de análise para compreensão de todas as violações às quais as famílias estão expostas, em maior ou menor escala. Revela-se um compromisso ético assumir em nossas produções técnicas, sejam elas materializadas em laudos, pareceres ou relatórios, a perspectiva que abarque a totalidade dos sujeitos, combatendo a tendência ainda persistente de culpabilização e individualização da pobreza e desigualdade social.

Referências

AGUINSKY, B. G.; ALENCASTRO, E. H. de. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.19-26, jan./jun. 2006.

BARROCO, M.L.S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Biblioteca Básica para o Serviço Social, v. 4).

BERBERIAN, T. P. **Serviço Social e avaliações de “negligência” contra criança e adolescente**: debates no campo da ética profissional. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, p. 145, 2013.

BERNARDI, D. C. F. A Construção de um saber psicológico na esfera do Judiciário Paulista: um lugar falante. In: FÁVERO, E. T.; MELÃO, M. J. R.; JORGE, M. R. T. (orgs). **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário**: construindo saberes, conquistando direitos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.30-34.

BORGIANIN, E. Para entender o Serviço Social na área sociojurídica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 115, jul./set. 2013, p. 407-442,.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 13 set. 2016.

_____. **Constituição Federal (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 8.069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: SEDH, 2003.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de assistência social (PNAS). Brasília: MDS/SNAS, 2004.

_____. **Lei nº 12.010/2009**. Dispõe sobre adoção. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/infanciahome_c/adocao/Legislacao_adocao/Federal_adocao>. Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília, dez. 2006.

BAPTISTA, M.V. & OLIVEIRA, R.C.S. A reinserção familiar de crianças e adolescentes: perspectiva histórica da implantação dos planos individuais de atendimento e das audiências concentradas. In: FÁVERO, E; GOIS, S.A. de. (org.). **Serviço Social e Temas Sociojurídicos: Debates e Experiências**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2014. [Coletânea Nova de Serviço Social]. P. 93-107.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

CARDOSO. G.F. de L. **(Re) Produção de famílias “incapazes”**: Paradoxos à convivência familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. 2017.199p.. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais no Sociojurídico – subsídios para reflexão**. Brasília, 2014.

EURICO, Márcia C. **Preta, preta, pretinha**: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as), 2018. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FÁVERO, E. T.; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam.** São Paulo: Paulus, 2008.

FÁVERO, E. T. **Questão Social e Perda do Poder Familiar.** São Paulo: Veras Editora, 2007. (Série Temas nº5).

_____. Barbárie Social e Exercício Profissional: apontamentos com base na realidade de mães e pais destituídos do poder familiar. In: FÁVERO, E.; GOIS, D. A. de. (org.). **Serviço Social e Temas Sociojurídicos: Debates e Experiências.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2014., p.1-18.

FONTES, V. Pronunciamento realizado durante a Conferência: **Estado e Seguridade Social no contexto da crise do capital.** In: 10º Seminário Anual de Serviço Social – Trabalho, Seguridade Social e regressão dos direitos sociais: para onde vai o Serviço Social? São Paulo: Teatro TUCA, 8 de maio de 2017.

GOIS, D. A. de; OLIVEIRA, R. C. S. **Serviço Social na Justiça de Família: demandas contemporâneas do exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2019.

GUERRA, Y. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E.; AMARAL, A. (org.). **Cenário, Contradições e Pelejas no Serviço Social Brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016. p. 83-110.

_____. Direitos Sociais e Sociedade de Classes: o Discurso do Direito a Ter Direitos. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Ética e Direitos: ensaios críticos.** 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, M.V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (org.). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 261-298.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 37. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCILIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726-1950.** In: FREITAS, M.C. (org.). *História Social da Infância no Brasil.* 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.53-79.

MARCONSIN, C. Documentação em Serviço Social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (org). **Serviço Social:** temas, textos e contextos. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. (Coleção Nova de Serviço Social, 2).

MARTINELLI, M. L. **Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade.** São Paulo: PUC-SP, 2015. (Mestrado em Serviço Social, PEPGSS da PUC-SP; Anotações de aula)

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, jul./set. 2012, p. 413-429.

PANTUFFI, L.A; GARCIA, V.S.D. Destituição do poder familiar: apontamentos sobre a produção da família incapaz. In: BORGIANNI, E, MACEDO, L.M.(org). **O Serviço Social e a Psicologia no Universo Judiciário.** Campinas: Papel Social, 2018. p.31-61.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SARAIVA, L.F. de O. **A familiarização da assistência social:** promoção de direitos e gestão da vida no encontro entre vulnerabilidades, (des) proteção e periculosidade. Tese (Doutorado em Psicologia). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2016.

SARTI, C. Famílias enredadas. In: ACOSTA A. R.; E VITALE, M. A. F. (org). **Família:** redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE, 2003. p. 21-36.

SÃO PAULO. Parecer número 04/2010. **Pedido de Providência (ou verificatório)** – alterações legislativas: diretrizes para adequação procedimental para observação do devido processo legal, especialmente o contraditório e a ampla defesa na infância e juventude. São Paulo: Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Paulo. Publicado no Diário de Justiça de 27/08/2010, p.6-9.

SOUSA, C. T.; OLIVEIRA, B. J. da C. Criminalização dos pobres no contexto da crise do capital: reflexões sobre os seus rebatimentos no Serviço Social. In: FORTI, V.; BRITES, C. M. (org). **Direitos Humanos e Serviço Social: polêmicas, debates e embates**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. p. 113-133.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009, p. 13-55.

SPOSATI, A. O cidadão pode contar com o quê? Artigo publicado pelo Jornal Le Monde Brasil em 01/02/2011. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/artigo.php?id=865>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

TEIXEIRA, S.M. A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.10, n.2, 2010, p.535-549.

SOBRE AS AUTORAS:

Organizadora e autora de capítulo da coletânea:

Eunice Teresinha Fávero.

Dra. em Serviço Social pela PUCSP. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes: ênfase no Sistema de Garantia de Direitos - NCASGD, do Programa Pós-Graduado em Serviço Social da PUCSP. Trabalhadora e Pesquisadora sobre Serviço Social na Área Judiciária. E-mail: eunicetf@gmail.com

Autoras de Capítulo:

Andreia Cristina Alves Pequeno. Assistente Social na Corregedoria Geral da Justiça/TJ Rio de Janeiro. Mestre em Serviço Social pela UERJ. Especialista em Geriatria e Gerontologia – Unati/UERJ. E-mail: acapecueno@gmail.com

Gracielle Feitosa de Loiola. Assistente Social. Exercício profissional nas áreas da assistência social e judiciária. Mestre e Doutoranda em Serviço Social pela PUCSP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes - NCA/PUCSP. E-mail: gracyfeitosa@yahoo.com.br

Graziela Acquaviva. Assistente social de formação, mestrado e doutorado em Serviço Social da PUCSP. Exercício profissional entre o trabalho com mulheres em situação de violência, na Casa Eliane de Grammont/CEM/PMSP e a docência na graduação em Serviço Social na PUCSP. Na academia, coordena o Núcleo de Violência e Justiça, e ministra disciplinas relativas ao “fazer profissional” e as dos processos metodológicos de pesquisa em Serviço Social, Investição em Serviço Social, Seminários e Orientação de TCC. E-mail: acquaviva@pucsp.br

Juliana Maggi Lima. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Especialista em Direito de Família e Sucessões pela Escola Paulista de Direito, mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo, advogada sócia do escritório Dias, Brandão, Maggi Lima Sociedade de Advogados. E-mail: juliana.maggi@dbmf.adv.br

Regina Célia Tamaso Mito. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC. Bolsista Produtividade em Pesquisa/CNPq. Membro do NISFAPS - Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Política Social. E-mail: regina.mito@gmail.com

Rita C. S. Oliveira. Assistente social no judiciário paulista. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica - PUCSP. Pesquisadora sobre as particularidades da profissão na área sócio jurídica. E-mail: rita2009oliveira@gmail.com

Thaís Peinado Berberian. Assistente Social, com exercício profissional nas áreas da saúde e judiciária. Mestre em Serviço Social pela PUCSP. Pesquisadora sobre negligência e desproteção social. E-mail: thaisberberian@yahoo.com.br